



REALIDADE BRASILEIRA

Subsídios para compreender e atuar no cenário político

**A realidade da nova indústria
brasileira e os desafios do PT:
o futuro dos empregos**



F U N D A Ç ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



EXPEDIENTE

**A realidade da nova indústria brasileira
e os desafios do PT: o futuro do emprego**

Paulo Tarciso Okamoto: Presidente
Brenno Almeida: Vice-presidente

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica
Valente e Naiara Torres.
Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique
Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Painelistas
Marília Bassetti
Uallace Moreira
Reginaldo Arcuri
Aroaldo Oliveira da Silva

Mediação
Brenno Almeida

Comissão técnica
Andressa Caprecci
Ana Flávia Marx

Assessoria de evento
Gabriela Miranda
Roberta Coimbra

Redação
Pietro Borsari

Edição do texto
Tânia Caliarí

Registro fotográfico
Sérgio Silva

Projeto gráfico e diagramação
Gladson Targa

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
ABERTURA	6
POLÍTICA TRIBUTÁRIA JUSTA É FUNDAMENTAL PARA MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	7
COM A NIB, NUNCA SE APORTOU TANTO EM INOVAÇÃO NO PAÍS COMO AGORA	10
NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL TEM SIDO ACOLHIDA COM ENTUSIASMO POR DIVERSAS CADEIAS PRODUTIVAS	12
TRABALHADORES DEVEM PARTICIPAR DA FORMULAÇÃO DA NIB E SE APROPRIEM DOS RESULTADOS	13



APRESENTAÇÃO



Foto: Sérgio Silva

Por um projeto nacional de desenvolvimento que transforme a vida do povo brasileiro

A coleção de cadernos com subsídios sobre *A realidade brasileira e os desafios do PT* faz parte dos esforços do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo (FPA) para a formação política de sua militância, dirigentes e gestores, ao fornecer um conjunto de ideias para o debate e elaboração de políticas públicas sobre temas relevantes e contemporâneos que desafiam a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o presente caderno tem como objetivo ser instrumento de reflexão e partilha, a partir das contribuições apresentadas no seminário Nova Indústria Brasil e o futu-

ro dos empregos, promovido em 14 de julho de 2025 pela FPA, com apoio do Instituto Lula.

Contamos com a colaboração de um time de palestrantes especialistas no tema: Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC; Marília Bassetti Marcato, assessora da Presidência do BNDES; Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil; e Aroaldo Oliveira da Silva, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e presidente da IndustriAll Brasil. A mediação ficou a cargo do nosso vice-presidente da FPA, Brenno Almeida.

O tema da reconstrução e sofisticação da indústria nacional é um dos mais decisivos para um projeto de desenvolvimento nacional. Nele se cruzam questões de soberania, inovação tecnológica, transição energética, capacidade de geração de empregos e qualidade de vida da população. Apropriar-se politicamente desse debate é tarefa urgente e estratégica.

Porém, essa missão é ainda mais relevante porque precisamos mostrar para as pessoas como desenvolvimento de nossa indústria impacta diretamente a vida delas, com empregos de qualidade. Por exemplo, a estudante de farmácia que está na batalha para concluir o seu curso precisa saber que suas condições para conseguir um bom trabalho serão melhores ao

evoluir o complexo industrial de saúde que prevê a ampliação da produção de medicamentos e insumos. Ou a importância da indústria para produção dos itens necessários para a nossa soberania e para o futuro do Brasil.

Nossos esforços são para colaborar neste sentido: para fazer com que nossas ideias possam encantar as pessoas e convencê-las a lutar ao nosso lado por um país mais justo, com desenvolvimento sustentável e oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

Bom estudo e boa luta,

Um abraço,

Paulo Okamoto

Presidente da Fundação Perseu Abramo ■





ABERTURA

NÃO BASTA RECONHECER A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA E DEIXAR ESSE DEBATE RESTRITO AO EMPRESARIADO

É papel do campo progressista disputar esse tema como parte essencial de um projeto nacional de desenvolvimento

Na abertura do seminário *A realidade da nova indústria brasileira e os desafios do PT: o futuro dos empregos*, o vice-presidente da Fundação Perseu Abramo, Brenno Almeida, acolheu os participantes ressaltando que aquele era um debate fundamental sobre o futuro do desenvolvimento nacional e sobre os caminhos possíveis para a reconstrução da indústria brasileira com renovação, soberania e geração de empregos de qualidade. Ao sublinhar o caráter plural do encontro, Brenno destacou que o seminário reunia especialistas, representantes do setor empresarial, do governo e do movimento

sindical para discutir "o diagnóstico da indústria brasileira, os desafios que enfrentamos, o que já foi alcançado e as perspectivas para os próximos anos".

Esse espírito de diálogo crítico e de engajamento político foi aprofundado na fala do presidente da Fundação, Paulo Okamoto, que situou o evento dentro da missão maior da Perseu Abramo: fortalecer o campo progressista brasileiro por meio da produção de conhecimento estratégico. Como explicou, "a Fundação Perseu Abramo é ligada ao Partido dos Trabalhadores e uma das nossas missões é

produzir conhecimento para melhorar as ações do nosso partido”.

Okamoto destacou que não basta reconhecer a importância da indústria, nem deixar esse debate restrito ao empresariado. É papel do campo progressista disputar esse tema como parte essencial de um projeto nacional de desenvolvimento. “Geralmente, a gente não estuda sobre a nossa indústria, o papel dela no desenvolvimento, o papel que ela joga na soberania, não discute. Pensamos que isso não é problema meu, é problema do patrão. Mas a gente precisa discutir sobre isso”, afirmou, chamando atenção para a necessidade de preparar os movimentos populares e sindicais para enfrentar a disputa política com argumentos sólidos.

Na sua avaliação, o governo Lula está desenhando um projeto de país em que “todo mundo tem que ganhar”, mas isso exige ampliar a compreensão social sobre a importância da Nova Indústria Brasil. “Portanto, nós temos que ter milhões e milhões de pessoas que enten-

dam o caminho que estamos apresentando para poder nos apoiar, porque nós precisamos mudar a correlação de forças”, defendeu.

Okamoto recordou que o projeto de industrialização não pode se limitar a índices econômicos, e que deve estar ligado ao combate à desigualdade e à construção de soberania nacional. “Onde nós queremos chegar? Num país desenvolvido, num país que combate a desigualdade, num país em que se cria muito mais oportunidades. E num país com muita soberania”, enfatizou. Para ele, o Brasil não pode se resignar a ser periférico: “Se a gente não se preparar, se a gente não tiver realmente condições de enfrentar, na política, com argumentos, nós vamos ser um país de terceira, quarta categoria. E nós não nascemos para isso. Nós nascemos para ser um país vencedor, um país que faz o povo melhorar de vida, um país que consiga trazer a felicidade, trazer a paz, não só para o Brasil, mas para todo mundo. E é isso que nós queremos”.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA JUSTA É FUNDAMENTAL PARA MELHORAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



Foto: Sérgio Silva

“A indústria de transformação não cresceu 3,8% em 2024 por sorte, cresceu porque teve políticas, teve instrumentos, teve estímulo.”

Wallace Moreira*

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

*Síntese da apresentação

Em sua exposição no seminário *A realidade da nova indústria brasileira e os desafios do PT: o futuro dos empregos*, Wallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, destacou que a Nova Indústria Brasil (NIB) é um programa com

vocação estratégica e de longo prazo, que não pode ser entendida como ação isolada ou restrita a um governo. Como ressaltou, “a Nova Indústria Brasil é um programa articulado com dois outros programas: o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de

Transformação Ecológica”.

Essa dimensão integrada é fundamental para compreender a NIB como política pública. Enquanto o Novo PAC reúne investimentos e projetos em infraestrutura e logística, e o Plano de Transformação Ecológica foca em sustentabilidade e transição verde, a Nova Indústria Brasil organiza o esforço produtivo e tecnológico para que o país tenha capacidade de reindustrialização soberana e inovadora.

Uallace sublinhou que a formulação da NIB não se deu de maneira tecnocrática e nem ficou restrita ao Estado, tendo ocorrido em um processo participativo e democrático, em diálogo com a sociedade civil, trabalhadores e empresariado, conduzido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Esse conselho, que havia sido extinto nos governos Temer e Bolsonaro, foi recriado ainda no período de transição: “A Nova Indústria Brasil é resultado desse diálogo, ela não foi criada por um grupo de pessoas apenas, só pelos ministérios. Foi fruto de diálogo com a sociedade civil e tem como base o que foi discutido na Fundação Perseu Abramo”.

A Perseu Abramo, de fato, desempenhou papel relevante nesse processo, pois manteve um núcleo de economistas e pesquisadores refletindo sobre política industrial desde 2018, mesmo no contexto de desmonte institucional. Segundo Uallace, esse grupo ajudou a consolidar a perspectiva de uma política industrial moderna, inspirada em missões orientadoras.

Nesse sentido, a NIB organiza-se em torno de seis missões centrais que contemplam: (i) cadeias agroindustriais; (ii) complexo industrial da saúde; (iii) infraestrutura, saneamento e moradia; (iv) transformação digital; (v) transição energética; e (vi) base industrial de defesa. Cada missão possui metas de curto e médio prazo, estabelecidas para 2026 e 2033.

“Essas missões têm metas para 2026 e me-



tas para 2033, que são metas concretas com o que, de fato, a gente consegue entregar”, destacou Uallace, apontando a importância de abandonar metas meramente aspiracionais em favor de objetivos concretos. Para isso, o governo destacou 25 cadeias produtivas estratégicas para serem fortalecidas, setores nos quais o Brasil já possui vantagens ou potencial para desenvolver novas capacidades industriais. “A gente olha para as cadeias produtivas, identifica os ecossistemas formados entre empresas, universidades, centros de pesquisa, instrumentos de políticas públicas, e isso nos permite dizer que é possível sim reindustrializar ou neoindustrializar o país com base no fortale-

cimento dessas cadeias”, explicou.

Construindo vantagens competitivas

Outro ponto da fala de Uallace foi a apresentação dos instrumentos de política industrial que compõem a NIB, que são 14. Ele destacou em especial o Plano Mais Produção que, inspirado no Plano Safra do agronegócio, reúne linhas de crédito de bancos públicos em condições estabelecidas para oferecer recursos e dar previsibilidade de financiamento à indústria: “Se tem uma coisa que deu certo no Brasil é o agronegócio. E ele não é um sucesso porque caiu do céu com vantagens competitivas. Vantagens competitivas são construídas. Da mesma forma, a indústria também precisa de um Plano Safra. Foi daí que surgiu o Plano Mais Produção”.

Atualmente, o plano conta com R\$611 bilhões¹ em crédito para a indústria entre 2023 e 2026. Destes, apenas cerca de R\$80 bilhões têm condições subsidiadas, sendo o restante ofertado a taxas de mercado. Uallace reconheceu o desafio: “É fundamental que esse crédito seja mais racional para que as indústrias, especialmente pequenas e médias, possam ter acesso”. Ainda assim, o impacto já é visível: “A indústria de transformação não cresceu 3,8% em 2024 por sorte. Cresceu porque teve políticas, teve instrumentos, teve estímulo. Foi o maior investimento em 14 anos”. Até agora, já foram contratados R\$472 bilhões em projetos, envolvendo 168 mil aprovações em diversos bancos e regiões do país.

Ao longo de sua apresentação, Uallace fez questão de lembrar o desmonte institucional deixado pelo governo anterior. “Destruir é muito fácil, mas construir é muito difícil. O reconstruir é pior ainda. Encontramos terra arrasada”, afirmou. Entre os exemplos, citou a perseguição

ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o fim do regime de ex-tarifário –a redução temporária da alíquota do imposto de importação de bens de capital, de informática e telecomunicação quando não houver produção nacional equivalente.

Necessidade de articulação política dos industriais

Outro desafio para a reindustrialização do país é a taxa de juros elevada, que encarece o crédito produtivo. Uallace defendeu que o debate sobre juros não cabe apenas ao governo, mas também ao setor produtivo: “Não cabe apenas a quem está no governo fazer a discussão sobre a taxa de juros. Cabe ao setor produtivo levantar essa bandeira, inclusive em defesa do papel dos bancos públicos”.

Ele também destacou a necessidade de maior articulação política da indústria. Comparou-a ao setor agropecuário, que dispõe de forte organização e influência no Congresso, enquanto os industriais muitas vezes se mantêm passivos: “A indústria não tem o nível de articulação que o agro tem para brigar por seus interesses. Muitos se calaram diante da destruição dos instrumentos de política industrial”.

O fio condutor da apresentação foi a defesa da continuidade da NIB como política de Estado. Para ele, apenas com previsibilidade e tempo é possível colher resultados consistentes: Ao final, Uallace deixou um chamado à militância, aos trabalhadores e ao empresariado: “É importante que a sociedade civil brigue e lute para que a NIB se constitua enquanto política de Estado. E mais do que tudo, que o setor industrial faça isso. Agora é hora de se posicionar”.

1 Os recursos do Plano Mais Produção, instrumento de financiamento da NIB, saltaram para R\$643,3 bilhões no final de 2025.

COM A NIB, NUNCA SE APORTOU TANTO EM INOVAÇÃO NO PAÍS COMO AGORA



Foto: Sérgio Silva

“São R\$20,2 bilhões para áreas prioritárias como fármacos, biocombustíveis e inteligência artificial e outras.”

Marília Bassetti*

Assessora da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

*Síntese da apresentação

Em sua intervenção, Marília Bassetti apresentou uma leitura abrangente da Nova Indústria Brasil (NIB), combinando fundamentos conceituais, dados concretos, instrumentos de financiamento e reflexões sobre o cenário internacional. Sua fala enfatizou tanto a centralidade da indústria para o desenvolvimento nacional, quanto o papel estratégico do BNDES na condução dessa agenda.

O ponto de partida de Marília foi ressaltar algumas premissas básicas de uma estratégia de neoindustrialização. “O que um país produz é relevante sob todas as perspectivas: do trabalho, do comércio, da capacidade inovativa, da qualidade de vida das pessoas”. A produção, segundo ela, não deve ser pensada apenas em termos econômicos, mas também culturais e sociais. Nesse sentido, reforçou que “diversificação produtiva e a complexidade do que você produz também é relevante”, lembrando que o adensamento e a sofisticação produtiva são elementos essenciais para gerar mais valor agregado e autonomia tecnológica.

As missões da NIB, afirmou Marília, precisam ser desenhadas a partir das necessidades sociais e ambientais do país. “Ao invés de falar que vai promover a indústria farmacêutica, você fala que vai promover o bem-estar do cidadão a partir de um conceito básico de saúde pública,

do acesso à insulina, do acesso à vacina”. Essa inversão de lógica coloca as necessidades coletivas no centro da política industrial, mobilizando a indústria como meio para promover direitos e qualidade de vida.

Evidências da recuperação no ranking da indústria de transformação

Outro ponto sublinhado foi a importância dos instrumentos de política pública. A esse respeito, Marília foi categórica: “Se não tiver instrumento, você não faz nada”. Ela lembrou que o governo anterior não apenas fragilizou instituições, mas também destruiu os mecanismos que permitiam viabilizar políticas de desenvolvimento. A retomada da Taxa Referencial (TR), aprovada com articulação política no Congresso, com apoio decisivo dos ministros Alexandre Padilha e Fernando Haddad, foi destacada como um marco dessa reconstrução, visto que se trata de uma taxa mais atraente para o investimento industrial.

A representante do BNDES também criticou a visão de que a indústria brasileira estaria em decadência, o que muitas vezes é repetido de forma equivocada em noticiários, análises econômicas e discursos políticos. “Precisamos deixar esse ‘viralatismo’ de lado. Nós permanecemos com um parque industrial diversificado”.



Citou como evidência a recuperação do país no ranking da indústria de transformação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO/IEDI), no qual o Brasil subiu 20 posições em 2024, resultado diretamente associado à retomada de políticas industriais e à mobilização de instituições como BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste (BNB). Os impactos da NIB aparecem em números expressivos, com efeitos sobre o mercado de trabalho: “São R\$3,4 trilhões de investimento, sendo R\$1,8 trilhão anunciado pelo setor produtivo. É o maior faturamento da indústria de transformação em 14 anos, com a criação de 307 mil empregos formais e crescimento de 3% da massa salarial”.

Outro tema importante abordado por Marília foi o papel do Plano Mais Produção na NIB. “O Plano Mais Produção nada mais é do que o

braço financeiro da Nova Indústria Brasil. É o que a gente quer apelidar de Plano Safra da Indústria”. A meta de aporte do BNDES no Plano, inicialmente de R\$259 bilhões, já foi ampliada para R\$300 bilhões, o que representa, segundo ela, “mais do que já foi feito na história desse país”. Nesse sentido, Marília destaca que a mobilização de recursos para a NIB é de tal montante que poderia ser comparável com o financiamento das atividades agrícolas, sendo o desafio industrial manter e ampliar os recursos para a indústria ao longo do tempo.

Editais estratégicos revelam apetite do setor produtivo

Nesse processo, novos instrumentos financeiros foram criados para apoiar a estratégia de neoindustrialização, como a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD). O esforço também se traduziu em recordes históricos: “Nunca se aportou tanto em inovação no país como agora. São R\$20,2 bilhões de reais em dois anos. É o recorde histórico desde que a série foi iniciada, em 1995”. As áreas prioritárias incluem fármacos, biocombustíveis e inteligência artificial. Outro marco foi a retomada do Fundo Clima, com aportes de R\$12,3 bilhões entre 2023 e 2025, um volume muito superior ao registrado em toda a série histórica.

Marília listou ainda editais estratégicos que revelam o apetite do setor produtivo e a importância de novas agendas para a soberania nacional. No edital de biocombustíveis de aviação e navegação, exemplificou, “tínhamos R\$6 bilhões para financiar e recebemos pedidos da ordem de R\$167 bilhões”. O edital de minerais estratégicos foi outro destaque, diretamente relacionado à soberania digital: “Soberania digital não é só dados da IA. É também minerais estratégicos. A China tem hoje a capacidade de negociar com os Estados Unidos porque é produtora de terras raras. Esse é um ponto central

para o Brasil". A chamada para atração de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foi igualmente destacada por seu potencial de "repatriar cérebros e gerar empregos de alta classificação", e a chamada Nordeste, que articula bancos públicos e atores regionais, foi citada como exemplo de desenvolvimento territorial em áreas como bioeconomia, descarbonização e energias renováveis.

Por fim, a assessora da presidência do BNDES reforçou que o Brasil precisa diversificar seus parceiros industriais e adotar uma postura firme de defesa da soberania: "Estamos sujeitos a golpes exógenos, como a pandemia, os eventos climáticos extremos e agora essa disputa política acentuada. Precisamos aprender a explorar esses contextos e avançar com parceiros diversificados". ■

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL TEM SIDO ACOLHIDA COM ENTUSIASMO POR DIVERSAS CADEIAS PRODUTIVAS



Foto: Sérgio Silva

"Empresários veem oportunidade do país voltar ao crescimento sustentável e inovador."

Reginaldo Arcuri*
presidente do Grupo FarmaBrasil

*Síntese da apresentação

Durante sua participação no seminário *A realidade da nova indústria brasileira e os desafios do PT: o futuro dos empregos*, o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri, deixou claro que a Nova Indústria Brasil (NIB) tem sido acolhida com entusiasmo por empresários de diversas cadeias produtivas, que veem nas seis missões da política industrial – nas áreas da agroindústria, saúde, infraestrutura urbana e mobilidade, transformação digital, e bioeconomia e defesa — uma oportunidade de retorno do país ao crescimento sustentável e inovador.

No setor farmacêutico, no qual Arcuri atua, o apoio é exemplar. "Estamos perfeitamente integrados com a NIB. A Missão 2, do complexo industrial da saúde, é uma coisa com a qual nós temos um envolvimento absolutamente direto". Para ele, o mérito da NIB é articular de forma

estratégica saúde e desenvolvimento econômico, mostrando que "não é apenas uma ideia de você desenvolver a indústria, de melhorar a saúde, mas de você fazer esse conjunto funcionar de uma maneira articulada".

Arcuri lembrou que o Brasil já ocupa posição de destaque mundial no setor: "Somos o 9º mercado no mundo, o que não é pouca coisa, e 47% do mercado da América Latina do México para baixo". Com faturamento de R\$142 bilhões em 2023 e um crescimento sustentado ao longo de duas décadas, a indústria farmacêutica nacional mostra que a combinação entre políticas públicas consistentes e dinamismo empresarial pode gerar resultados sólidos. Ele citou medidas estruturantes importantes para o setor, como a criação da ANVISA, a lei dos genéricos e as Parcerias para o Desenvolvimento

Produtivo (PDPs), que permitiram o avanço em inovação e competitividade.

Essa trajetória, na visão de Arcuri, ganha fôlego com a NIB. O dirigente destacou que a política abre caminho para a produção de medicamentos cada vez mais sofisticados e garante soberania sanitária em momentos de crise: "Isso é o que vai garantir que a gente tenha soberania sanitária, inclusive em momentos muito complicados, para manter o SUS funcionando, com acesso a mais medicamentos complexos".

O impacto também se reflete no mundo do trabalho. Segundo Arcuri, "quem quiser o melhor emprego do Brasil na manufatura, vá para a indústria farmacêutica. São os maiores salários. E aviso aos navegantes: está faltando muita gente". Ele frisou que a indústria do setor oferece empregos qualificados, equilibrados

em termos de gênero e de alta exigência técnica, reforçando o papel da política industrial como indutora de oportunidades de qualidade.

Arcuri defendeu que o grande diferencial da NIB é a capacidade de articular políticas e atores distintos em torno de objetivos comuns. "Para mim, a palavra que define uma boa política industrial é só uma: coordenação", afirmou. Em sua avaliação, o avanço da NIB depende justamente da habilidade de alinhar instituições, ministérios e empresas em torno de projetos estratégicos. Arcuri concluiu, de forma enfática, que o Brasil tem todas as condições de dar um salto industrial se conseguir consolidar a estratégia inaugurada pela NIB: "Nós temos uma política industrial que funciona, temos essa pérola que é o BNDES, e temos todas as chances de fazer um grande salto nessa indústria, cumprindo essa ideia de missão". ■

TRABALHADORES DEVEM PARTICIPAR DA FORMULAÇÃO DA NIB E SE APROPRIEM DOS RESULTADOS



Foto: Sérgio Silva

"Uma nova política industrial tem que estar ligada a um projeto de desenvolvimento nacional, que diminua a desigualdade social, que gere emprego de qualidade e renda."

Aroaldo Oliveira da Silva
diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e
presidente da IndustriALL Brasil

*Síntese da apresentação

Aroaldo Oliveira iniciou sua apresentação lembrando o caráter coletivo da entidade que representa. Criada em 2020, a IndustriALL Brasil² reúne metalúrgicos, químicos, trabalhadores do setor têxtil, da construção civil, da alimentação e da energia. Como destacou,

"avancamos para além da IndustriALL Global, porque aqui temos presente diferentes categorias, refletindo a diversidade do mundo do trabalho brasileiro".

Aroaldo situou sua análise a partir da história recente da indústria nacional, lembrando do

2 A IndustriALL-Brasil é uma articulação sindical nacional que unifica setores industriais da CUT e Força Sindical (metalúrgicos, químicos, vestuário, etc.) para fortalecer a negociação coletiva e promover a reindustrialização. Inspirada na IndustriALL Global Union, a entidade atua por trabalho decente, transição justa e desenvolvimento sustentável, unindo forças contra a retirada de direitos.

papel decisivo que o Estado e a iniciativa privada desempenharam no processo de industrialização do país após a Segunda Guerra Mundial, as políticas dos governos Lula e Dilma, e o desmonte vivido após o golpe de 2016. “Começamos a ver o desmonte dos investimentos industriais, sentimos na pele a perda dos empregos, o fechamento de fábricas, o que se acentuou ainda mais no governo passado. Agora, discutimos uma reindustrialização, uma neoindustrialização. Mas como fazer isso?”, questionou.

Em sua contribuição, Aroaldo apontou as preocupações dos trabalhadores nesse novo ciclo. “Não podemos discutir a indústria como um fim em si mesma. Uma nova política industrial tem que estar ligada a um projeto de desenvolvimento nacional, que diminua a desigualdade social, que gere emprego de qualidade e renda de qualidade, e que mantenha a soberania do país”. Esse compromisso, para ele, precisa ser a base de qualquer missão da NIB.

Aroaldo destacou o papel do movimento sindical na formulação de propostas antes mesmo da última eleição de Lula, quando foi elaborado o Plano Indústria 10+. Esse documento, construído a partir de debates na CUT (Central Única dos Trabalhadores) e em outras centrais sindicais, reforçava a necessidade de “readensar cadeias produtivas, dar o salto tecnológico necessário, pensar no desafio da capacitação e do empoderamento dos trabalhadores diante das novas tecnologias, e colocar as políticas macroeconômicas no centro do debate”, pois, segundo Aroaldo, “uma decisão de política macroeconômica pode derrubar toda a política industrial”.

Outro ponto de sua explanação foi a defesa da transição justa. Para ele, a transformação tecnológica e energética não pode ser pensada apenas em termos econômicos ou ambientais: “A transição nessas áreas tem que ser justa ambientalmente, mas também socialmente.



Tem que levar em consideração que tem ser humano no processo produtivo. Não adianta salvar o planeta e matar as pessoas de fome”.

Nesse sentido, Aroaldo chamou atenção para estudos recentes do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre empregos verdes. Apesar do potencial, muitas dessas ocupações surgem com baixos salários, instabilidade e piores condições de trabalho, especialmente em setores de energia renovável. Para o sindicalista, isso mostra a urgência de vincular a política industrial a critérios trabalhistas claros.

Aroaldo também manifestou preocupação com a apropriação desigual da NIB. “Na hora que se discute as cadeias produtivas, começamos ir para uma discussão setorial, às vezes muito tecnicista, às vezes dominada por empresários, tirando os trabalhadores do debate”. Por isso, destacou a importância do estudo recém-concluído pelo DIEESE, Mapeamento Ocupacional das Cadeias Produtivas Prioritá-

rias, que permite conectar funções, setores e necessidades de qualificação, garantindo que os trabalhadores participem da formulação e se apropriem dos resultados.

Outro aspecto abordado foi a dimensão territorial da política industrial. Aroaldo questionou se as regiões já industrializadas não correm o risco de ficar de fora. “Neo é novo, mas e quem já está em territórios maduros industrialmente? Vai ficar para trás? Não tem futuro?”. Para ele, a NIB precisa contemplar tanto os novos polos quanto os antigos, e seu critério central deve ser a geração de empregos de qualidade, com proteção social.

No campo do comércio exterior, defendeu maior protagonismo dos trabalhadores em órgãos como a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). “Já entregamos uma pauta sobre a participação da CAMEX. Sabemos que tem um Conselho do setor privado, mas queremos participar também, porque sofremos diretamente os efeitos dos ex-tarifários e da LETEC³”. Nesse ponto, sublinhou que medidas tarifárias não podem ser decididas sem considerar os impactos

sobre emprego e produção nacional.

Aroaldo foi enfático ao afirmar que o acesso a recursos públicos deve ser condicionado a critérios sociais, trabalhistas e ambientais. “Não podemos aceitar dinheiro público financiando produtos importados, perseguições a sindicatos ou precarização do trabalho. É preciso ter critérios claros”. O diálogo com o BNDES e outras instituições, ressaltou, deve servir para garantir que o financiamento seja orientado ao desenvolvimento com justiça social.

Encerrando sua participação, reconheceu os avanços trazidos pela retomada da política industrial e valorizou o trabalho conjunto de ministérios, bancos públicos, empresários comprometidos e sindicatos. Mas deixou uma advertência clara:

“A política industrial tem que ser o motor do desenvolvimento. Não adianta a gente ter política industrial se não combater a desigualdade social e não criar emprego de qualidade. Senão, essa política não serve para a gente, e vamos ter que discutir outra coisa para dar qualidade de vida ao povo brasileiro”.

3 LETEC é uma lista de exceção à tarifa externa comum, cujos produtos podem ter o imposto de importação reduzido pelo governo federal.

